

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2024

COMO ABRIR UMA EMPRESA NOS EUA

Camila Sousa Dias

SE\ EN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2024

COMO ABRIR UMA EMPRESA NOS EUA

Camila Sousa Dias

EDITORA CHEFE

Prof^o Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

AUTORA DO LIVRO

Camila Sousa Dias

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

XXXXXXXXXXXX

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

2024 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2024 Os Autores

Copyright da Edição © 2024 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal - Vale do Rio Doce University
Adriana Barni Truccolo - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Marcos Garcia Costa Morais - Universidade Estadual da Paraíba
Mônica Maria de Almeida Brainer - Instituto Federal de Goiás Campus Ceres
Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Egas José Armando - Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique
Ariane Fernandes da Conceição - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Wanderson Santos de Farias - Universidade de Desenvolvimento Sustentável
Maria Gorete Valus - Universidade de Campinas
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Janyel Trevisol - Universidade Federal de Santa Maria
Irlane Maia de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso
Paulo Roberto Duailibe Monteiro - Universidade Federal Fluminense
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Yuni Saputri M.A - Universidade de Nalanda, Índia
Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí, CEAD
Anderson Nunes Da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins
Adriana Barretta Almeida - Universidade Federal do Paraná
Jorge Luís Pereira Cavalcante - Fundação Universitária Iberoamericana
Jorge Fernando Silva de Menezes - Universidade de Aveiro
Antonio da Costa Cardoso Neto - Universidade de Flores Buenos Aires
Antônio Alves de Fontes-Júnior - Universidade Cruzeiro do Sul
Alessandre Gomes de Lima - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Moacir Silva de Castro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Marcelo Silva de Carvalho- Universidade Federal de Alfnas
Charles Henrique Andrade de Oliveira - Universidade de Pernambuco
Telma Regina Stroparo - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Valéria Raquel Alcantara Barbosa - Fundação Oswaldo Cruz
Kleber Farinazo Borges - Universidade de Brasília
Rafael Braga Esteves - Universidade de São Paulo
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Mara Lucia da Silva Ribeiro - Universidade Federal de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

DOI: 10.56238/livrosindi202448-001

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO(A) AUTOR(A)

O(a) autor(a) deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a DIVULGAÇÃO DO TRABALHO pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos CRÉDITOS à SEVEN PUBLICAÇÕES, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

AUTORA DO E-BOOK



Camila Sousa Dias Alves

Meu nome é Camila Sousa Dias Alves, sou natural de Paulista – PE, cidade situada no nordeste do Brasil, tenho 34 anos de idade. Me graduei em Ciências Contábeis em 2011 pelo Centro Universitário Maurício de Nassau em Pernambuco e concluí minha pós-graduação em Gestão Empresarial em 2013 pela Faculdade Integrada de Pernambuco. Hoje eu moro em Orlando – Flórida e tenho mais de 15 anos de experiência na área contábil, sendo 5 anos dentro do mercado norte americano. Todo esse período foi de constante aprendizado não somente na minha vida profissional, mas pessoal também.

Durante esses 5 anos atuando no mercado contábil nos EUA trabalhei e ainda trabalho com empresas de diversos tipos de atividades econômicas operantes em vários Estados norte-americanos, como também com pessoa física residente e não residente fiscal americano. Porém grande parte do público em que trabalho são investidores brasileiros em imóveis na região da Flórida. Por viver em Orlando, uma das maiores cidades turísticas do país, me deparo com muitos clientes que buscam ajuda em como investir aqui no país e muitos desses clientes vivem no Brasil e não sabem como funcionam o mercado americano e nem sabem que não precisam estar presentes nos EUA para abrir uma empresa. O National American Realtor (NAR) levantou um dado que aponta que somente entre abril de 2021 e março de 2022, foi investido um total de 1,6 bilhão de dólares no segmento de mercado imobiliário americano e que o Brasil é o 5º maior emissor de clientes internacionais nesse segmento.

APRESENTAÇÃO

Por viver em Orlando, uma das maiores cidades turísticas do país, me deparo com muitos clientes que buscam ajuda em como investir aqui no país e muitos desses clientes vivem no Brasil e não sabem como funcionam o mercado americano e nem sabem que não precisam estar presentes nos EUA para abrir uma empresa. O National American Realtor (NAR) levantou um dado que aponta que somente entre abril de 2021 e março de 2022, foi investido um total de 1,6 bilhão de dólares no segmento de mercado imobiliário americano e que o Brasil é o 5º maior emissor de clientes internacionais nesse segmento. E a tendência é só aumentar.

A legislação fiscal e contábil norte americana e brasileira diferem em muitos aspectos. Então por isso é muito importante o cliente entender que certas transações feitas no Brasil têm impacto diferente nos EUA e vice-versa. Conheci muitos brasileiros que deixaram de ter interesse em investir aqui nos EUA por falta de conhecimento legislativo ou por má assessoria contábil, pensando que aqui teriam que pagar impostos abusivos, e que sofreriam bitributação (americana e brasileira).

Por me deparar diariamente com esse cenário e dúvidas diversas dos meus clientes, e por ter diversas fontes de informações espalhadas na internet, muitas delas em inglês, decidi escrever esse e-book ensinando passo a passo a como abrir uma empresa aqui nos EUA, além de explicar os diferentes tipos de empresas que existem e as tributações que cada uma sofre. O sistema tributário norte americano é muito complexo, porém as principais informações estão centralizadas aqui nesse e-book e ele serve de um ponto de apoio e segurança para iniciar os seus negócios centralizando as principais informações em apenas um lugar e com escrita em português para facilitar a compreensão para os leitores da língua portuguesa e que não tem familiaridade com o inglês. E que pensa também em um dia imigrar para o país e se tornar um residente fiscal americano. Diversas informações que contém aqui nesse e-book foram extraídas de fontes seguras e da Receita Federal dos EUA (IRS).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 COMO ABRIR UMA EMPRESA NOS EUA?.....	10
2.1 SOLE PROPRIETORSHIP (SP).....	10
2.2 PARTNERSHIP.....	11
2.2.1 Limited Partnership (LP).....	11
2.2.2 Limited Liability Partnership (LLP).....	11
2.3 LIMITED LIABILITY COMPANY (LLC).....	11
2.4 CORPORATION (CORP).....	12
2.4.1 C Corporation (C Corp).....	12
2.4.2 S Corporation (S Corp).....	13
3 ABERTURA DA EMPRESA NO ESTADO.....	14
3.1 PASSO A PASSO PARA ABERTURA DE UMA EMPRESA.....	14
Passo 1 – Escolha do nome.....	14
Passo 2 – Nomear um agente registrado.....	15
Passo 3 – Arquivar os documentos de formação.....	15
Passo 4 – Aplicação do número de identificação da empresa (EIN).....	16
Passo 5 – Elaboração do Contrato social da empresa.....	17
Passo 6 – Envio do relatório BOI (Beneficial Ownership Information).....	19
4 TRIBUTAÇÃO.....	22
4.1 COMO DETERMINAR A RESIDÊNCIA FISCAL NOS EUA.....	22
4.1.1 Teste de presença substancial.....	22
4.1.2 Pessoas isentas a regra do teste de presença substancial.....	23
5 TIPOS DE IMPOSTOS NOS EUA.....	24
5.1 IMPOSTO FEDERAL.....	24
5.2 IMPOSTO ESTADUAL.....	24
5.3 IMPOSTO MUNICIPAL.....	24
5.4 OUTROS IMPOSTOS RELEVANTES.....	25

6 DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA.....	26
6.1 PESSOA FÍSICA.....	26
6.1.1 Não residente fiscal.....	26
6.1.2 Residente fiscal.....	26
6.2 PESSOA JURÍDICA.....	28
6.2.1 LLC.....	28
6.2.2 C Corporation.....	30
6.2.3 S Corporation.....	32
6.3 DEDUÇÕES FISCAIS NOS EUA.....	33
6.3.1 Qualified Business Income (QBI).....	34
6.3.2 Deduções de negócios.....	34
6.3.3 Standard deduction (dedução padrão).....	34
6.3.4 Itemized deduction (dedução detalhada).....	35
6.4 CRÉDITOS FISCAIS NOS EUA.....	36
7 CONCLUSÃO.....	38

Meu nome é Camila Sousa Dias Alves, sou natural de Paulista – PE, cidade situada no nordeste do Brasil, tenho 34 anos de idade. Me graduei em Ciências Contábeis em 2011 pelo Centro Universitário Maurício de Nassau em Pernambuco e concluí minha pós-graduação em Gestão Empresarial em 2013 pela Faculdade Integrada de Pernambuco. Hoje eu moro em Orlando – Flórida e tenho mais de 15 anos de experiência na área contábil, sendo 5 anos dentro do mercado norte americano. Todo esse período foi de constante aprendizado não somente na minha vida profissional, mas pessoal também.

Durante esses 5 anos atuando no mercado contábil nos EUA trabalhei e ainda trabalho com empresas de diversos tipos de atividades econômicas operantes em vários Estados norte-americanos, como também com pessoa física residente e não residente fiscal americano. Porém grande parte do público em que trabalho são investidores brasileiros em imóveis na região da Flórida. Por viver em Orlando, uma das maiores cidades turísticas do país, me deparo com muitos clientes que buscam ajuda em como investir aqui no país e muitos desses clientes vivem no Brasil e não sabem como funcionam o mercado americano e nem sabem que não precisam estar presentes nos EUA para abrir uma empresa. O National American Realtor (NAR) levantou um dado que aponta que somente entre abril de 2021 e março de 2022, foi investido um total de 1,6 bilhão de dólares no segmento de mercado imobiliário americano e que o Brasil é o 5º maior emissor de clientes internacionais nesse segmento. E a tendência é só aumentar.

A legislação fiscal e contábil norte americana e brasileira diferem em muitos aspectos. Então por isso é muito importante o cliente entender que certas transações feitas no Brasil têm impacto diferente nos EUA e vice-versa. Conheci muitos brasileiros que deixaram de ter interesse em investir aqui nos EUA por falta de conhecimento legislativo ou por má assessoria contábil, pensando que aqui teriam que pagar impostos abusivos, e que sofreriam bitributação (americana e brasileira).

Por me deparar diariamente com esse cenário e dúvidas diversas dos meus clientes, e por ter diversas fontes de informações espalhadas na internet, muitas delas em inglês, decidi escrever esse e-book ensinando passo a passo a como abrir uma empresa aqui nos EUA, além de explicar os diferentes tipos de empresas que existem e as tributações que cada uma sofre. O sistema tributário norte americano é muito complexo, porém as principais informações estão centralizadas aqui nesse e-book e ele serve de um ponto de apoio e segurança para iniciar os seus negócios centralizando as principais informações em apenas um lugar e com escrita em português para facilitar a compreensão para os leitores da língua portuguesa e que não tem familiaridade com o inglês. E que pensa também em um dia imigrar para o país e se tornar um residente fiscal americano. Diversas informações que contém aqui nesse e-book foram extraídas de fontes seguras e da Receita Federal dos EUA (IRS).

Antes de abrir uma empresa nos EUA é muito importante entender quais são os tipos de empresas que existem e como funciona cada uma delas, a fim de não cometer erros no futuro para que o pagamento de impostos e nível de exigências sejam corretos. Afinal, o empresário precisa obter bons resultados com o seu investimento. A estrutura do seu negócio afeta o quanto você paga em impostos, sua capacidade de levantar dinheiro, a papelada que você precisa arquivar e sua responsabilidade pessoal. A maioria das empresas também precisará obter um número de identificação fiscal (EIN, equiparado ao CNPJ no Brasil) e solicitar as licenças e autorizações apropriadas.

A seguir serão descritas as formas mais comuns de negócio, que são elas a empresa unipessoal (Sole Proprietorship), a parceria (Partnership), a corporação C (C Corporation) e a corporação S (S Corporation). Uma sociedade de responsabilidade limitada (LLC) é uma estrutura empresarial permitida por estatuto estadual.

2.1 SOLE PROPRIETORSHIP (SP)

Inclui indivíduos que trabalham por conta própria e empregadores domésticos.

Empregadores domésticos podem contratar alguém para fazer trabalho doméstico e esse trabalhador é seu empregado. Dentre os empregados domésticos incluem: babás, babás au pairs, faxineiros, governantas, empregadas domésticas, motoristas, auxiliares de saúde, enfermeiras particulares, zeladores, jardineiros e trabalhadores domésticos semelhantes.

Nessa estrutura o dono não pode ter sócio e a empresa é uma extensão da pessoa física e não é preciso declarar imposto de renda da empresa e não precisa ser incorporada ou registrada no Estado como uma empresa de responsabilidade limitada (LLC), porém pode obter um nome comercial. Um sole proprietor pode ser um indivíduo autônomo ou um contratante independente e pode ou não ter funcionários. Não produz uma entidade comercial separada, ou seja, seus ativos e passivos comerciais não são separados de seus ativos e passivos pessoais. Você pode ser responsabilizado pessoalmente pelas dívidas e obrigações do negócio. Também pode ser difícil levantar dinheiro porque você não pode vender ações, e os bancos hesitam em emprestar para um sole proprietor.

Um sole proprietor pode ter apenas um EIN, independentemente do número de empresas que possui ou opera. Se você já tem um EIN, você deve usar esse número para todas as suas empresas de único proprietário.

É uma boa escolha para empresas de baixo risco e proprietários que querem testar sua ideia de negócio antes de formar um negócio mais formal.

Para formalizar essa estrutura é preciso ter uma caixa postal, um número de telefone e uma conta bancária nos EUA.

2.2 PARTNERSHIP

As parcerias (Partnership) são a estrutura mais simples para duas ou mais pessoas possuírem um negócio juntas. Existem dois tipos comuns de parcerias: sociedades limitadas (Limited Partnership) e sociedades de responsabilidade limitada (Limited Liability Partnership). A Partnership pode ser uma boa escolha para empresas com vários proprietários, grupos profissionais (como advogados) e grupos que desejam testar sua ideia de negócio antes de formar um negócio mais formal.

2.2.1 Limited Partnership (LP)

A Limited Partnership tem apenas um sócio geral com responsabilidade ilimitada, e todos os outros sócios têm responsabilidade limitada. Os sócios com responsabilidade limitada também tendem a ter controle limitado sobre a empresa, o que é documentado em um contrato de parceria. Os lucros são repassados para as declarações de imposto de renda pessoais, e o sócio geral — o sócio sem responsabilidade limitada — também deve pagar impostos de trabalho autônomo.

2.2.2 Limited Liability Partnership (LLP)

A Limited Liability Partnership é semelhante à Limited Partnership, mas dão responsabilidade limitada a cada proprietário. Uma LLP protege cada sócio de dívidas contra a parceria, eles não serão responsáveis pelas ações de outros sócios.

Para médicos, advogados, contadores e profissionais autônomos que desejam prestar serviços nos EUA a LLP é a melhor opção.

2.3 LIMITED LIABILITY COMPANY (LLC)

Essa é a melhor opção para quem está iniciando um pequeno negócio ou investimento nos EUA. Essa estrutura exige pouca documentação sendo assim um processo mais prático, e é permitida por estatuto estadual, cada estado pode usar regulamentações diferentes. Para funcionar, esse modelo precisa do Articles of Organization emitido pelo Estado.

Em relação às responsabilidades, cada sócio do negócio tem responsabilidade limitada ao que investiu no negócio, ou seja, as responsabilidades são proporcionais ao capital investido no negócio, como nas sociedades LTDA no Brasil. Em caso de endividamento da empresa os sócios não contribuem com o patrimônio pessoal. É recomendado que os sócios elaborem um documento chamado Operating Agreement (Contrato Social), que irá estabelecer a estrutura organizacional da empresa, podendo também indicar pessoas que não sejam sócias da empresa para geri-la. Por exemplo, um CEO externo, ficando os sócios afastados do processo de gestão. Na ausência do Operating Agreement, vale o estatuto de cada Estado para a LLC.

Os proprietários de uma LLC são chamados de membros e não há número máximo de membros. A maioria dos estados não restringe a propriedade, então os membros podem incluir indivíduos, corporações, outras LLCs e entidades estrangeiras. É possível transferir a propriedade da empresa para outra pessoa seguindo as leis específicas de cada estado. Tem tempo de duração indefinida e pode ser assumida por novos sócios, mesmo após a morte dos seus proprietários. Uma LLC pode ser convertida numa C Corporation. Ao final de um ano fiscal, obrigatoriamente a empresa LLC deve distribuir os seus lucros entre os sócios, de acordo com a participação de cada um.

Especificamente, para fins de imposto de renda uma LLC doméstica com apenas um membro é tratada como uma Disregarded Entity e com pelo menos dois membros é tratada como uma Partnership, a menos que registre o Formulário 8832 e eleja afirmativamente ser tratada fiscalmente como uma Corporation (processo feito após a empresa estar constituída no Estado e obter o EIN). A declaração de imposto de renda de uma LLC é meramente informativa ao IRS, não se paga imposto de renda na declaração da empresa, é responsabilidade de cada membro recolher o imposto sobre o lucro dentro da sua declaração de imposto de renda pessoal, conforme o percentual de participação de cada um na sociedade.

Alguns tipos de negócios geralmente não podem ser LLCs, como bancos e seguradoras.

A LLC pode ser uma boa escolha para empresas de médio ou alto risco, proprietários com ativos pessoais significativos que desejam proteger e proprietários que desejam pagar uma taxa de imposto menor do que pagariam com uma Corporation.

Para o investidor brasileiro pode-se abrir uma LLC em território brasileiro, ainda que o dono não resida nos EUA. Basta ter um endereço comercial, que seja o do contador ou um escritório virtual.

2.4 CORPORATION (CORP)

Em primeiro lugar, é importante saber que existem dois tipos de Corporation, a C Corporation e a S Corporation.

2.4.1 C Corporation (C Corp)

Para empresas maiores, a C Corp é a melhor opção. É um pouco mais burocrática que a LLC, precisa de uma estrutura hierarquizada com acionistas, diretores responsáveis pela maior parte das decisões e conselheiros. Segue algumas normas, como adoção de estatutos, reuniões frequentes entre acionistas, apresentação de relatórios anuais e emissão de ações. Além disso, conta com impostos estaduais e federais. Para funcionar, esse modelo precisa do Articles of Incorporation emitidos pelo Estado.

Assim como na LLC, a C Corp é uma opção onde o sócio não contribui com seu patrimônio pessoal em caso de dívidas da empresa, tem tempo de duração indefinida, conta com propriedade

transferível. Além disso, é uma estrutura com disposição de propriedade irrestrita, que permite a abertura de capital da empresa e venda de ações dela na Bolsa de Valores e tenham investidores ilimitados, similar a S/A no Brasil. Não é possível converter uma C Corporation para uma LLC, se caso os acionistas optem por não ter mais a Corporation, eles devem encerrar a empresa e abrir uma nova.

Todavia, a C Corp é uma empresa com dupla tributação, é preciso pagar imposto sobre o lucro líquido da empresa em sua declaração de imposto de renda e posteriormente quando os lucros são distribuídos aos acionistas, nessa situação cada acionista deve pagar imposto sobre os dividendos dentro da sua declaração de imposto pessoal. Diferentemente da LLC, na C Corp não é obrigatório distribuir os lucros entre os acionistas.

Também o investidor brasileiro não precisa estar nos EUA para abrir uma Corporation, basta ter um endereço comercial (endereço do contador ou um escritório virtual).

2.4.2 S Corporation (S Corp)

Uma S corp, é um tipo especial de Corporation que foi projetada para evitar a desvantagem da dupla tributação da C Corp regular. A S Corp permite que os lucros e algumas perdas sejam repassados diretamente para a renda pessoal dos proprietários sem nunca estarem sujeitos às taxas de imposto corporativo, assim como na LLC.

É preciso ter uma empresa LLC ou C Corp já constituída no Estado para fazer o registro da S Corp com o IRS. Para obter o status de S Corp é preciso fazer uma eleição S preenchendo o Formulário 2553.

A S Corp também tem uma vida independente, assim como a C Corp. Se um acionista deixar a empresa ou vender suas ações, a S Corp pode continuar fazendo negócios relativamente sem perturbações.

Para se qualificar para o status de S Corp, a corporação deve atender aos seguintes requisitos:

- Ser uma corporação doméstica
- Ter apenas acionistas permitidos, sendo eles: cidadão americano ou residentes fiscais, certos fundos (Trust) e Estates
- Não podem ser acionistas, Corporações ou acionistas estrangeiros não residentes
- Não ter mais de 100 acionistas
- Ter apenas uma classe de ações
- Não ser uma corporação inelegível (ou seja, certas instituições financeiras, seguradoras e corporações de vendas internacionais nacionais).

Após definida a melhor estrutura de negócios, o passo seguinte é abrir a empresa no Estado (Division of Corporation) onde vão ser exercidas as atividades econômicas da empresa.

Cada Estado tem suas regulamentações e valores diferentes.

O principal custo de formação de uma empresa é a taxa estadual, o valor pode variar entre \$0 a \$500 dependendo do Estado e do tipo da empresa (LLC ou Corp). Para mais detalhes consultar o site do Division of Corporation do Estado em que deseja abrir a empresa.

Outros custos estaduais de uma empresa podem incluir:

- Taxas de renovação cadastral anual no Estado (mais conhecido como Annual Report, requerido em quase todos os Estados para a empresa se manter ativa)
- Imposto anual de Franquia (Franchise Tax), geralmente alguns Estados cobram esse imposto sobre LLCs e é um valor fixo, mas pode variar de acordo com os ganhos anuais da sua LLC em certos estados.
- Taxas de solicitação e renovação de licença comercial (dependendo da atividade econômica, pode ser requerido obter a licença na cidade e no condado)
- Taxas para solicitar permissão de operação
- Taxas de publicação como nos Estados Arizona, Nebraska e Nova York (taxas podem variar entre \$40 e \$2,000)
- Taxas opcionais de reserva de nome LLC (obrigatórias no Alabama por exemplo, taxa entre \$10 a \$28)
- Taxa opcional de nome fantasia (também conhecido como nome DBA “doing business as”)

3.1 PASSO A PASSO PARA ABERTURA DE UMA EMPRESA

Passo 1 – Escolha do nome

A escolha do nome é o primeiro passo para iniciar uma empresa. Você deve escolher um nome que esteja disponível e em conformidade com os requisitos de nome do Estado.

- Para empresas Corp: o nome deve conter as palavras “corporation,” “company,” “incorporated,” “limited” ou uma abreviação de um desses termos. E para empresas LLC: o nome deve terminar com a palavra “LLC”, “Limited Liability Company” ou “L.L.C”.
- Nome deve ser distinguível de qualquer empresa existente no estado. Isso geralmente inclui os nomes reservados de um estado.
- Nome não pode usar as palavras “bank,” “trust,” “trustee,” “credit union,” ou palavras relacionadas sem aprovação.

- Nome não pode incluir palavras que possam confundir sua empresa com uma agência governamental (FBI, Treasury, State Department, etc.).

Recomendação: Mesmo que você não esteja planejando criar um site comercial no começo, é bom verificar se uma boa URL está disponível para o nome comercial desejado e comprar um domínio web (usando o GoDaddy) imediatamente para evitar que outras empresas o garantam.

Passo 2 – Nomear um agente registrado

Você deve nomear um agente registrado (Registered Agent) ao registrar sua empresa no estado.

O que isso significa? É um indivíduo ou entidade que foi nomeado pela empresa para receber serviço de processo, correspondência governamental e documentos de conformidade em nome de uma empresa.

O agente registrado pode ser um indivíduo, entidade comercial ou serviço de agente registrado profissional. Qualquer sócio/acionista da empresa pode servir como agente registrado, desde que a pessoa tenha mais de 18 anos, tenha um endereço físico onde a atividade comercial é conduzida e esteja disponível pessoalmente no endereço usado durante o horário comercial.

Passo 3 – Arquivar os documentos de formação

Nessa etapa o que precisa ser feito basicamente é preencher o formulário com o nome escolhido da empresa, endereço, nome e endereço do registered agente e as informações de cada socio (tais quais: nome completo, endereço, telefone, cargo/posição na empresa).

A maioria dos estados fornece os documentos de formação on-line, enquanto outros exigem que você elabore seus próprios documentos de formação. Os documentos de formação cobrirão os princípios básicos da sua corporação, incluindo:

- Nome corporativo e endereço principal
- Nome e endereço da rua do agente de serviço de processo corporativo
- O número de ações autorizadas que a corporação tem permissão para emitir
- Alguns estados permitem que as corporações listem apenas uma classe de ações em seu documento de formação fornecido. Nesses casos, você deve preencher uma disposição adicional ou elaborar seus próprios documentos de formação.

Depois que os documentos forem aprovados, você terá oficialmente formado uma empresa. Para empresa LLC o documento disponibilizado pelo Estado é o Articles of Organization e para empresa Corp o documento é chamado Articles of Incorporation, documento público que estabelece sua empresa no Estado.

Há um outro documento que não é requerido nos Estados, porém é recomendado obter que se chama Certificado de Status (Certificate of Status) também conhecido como Certificado de Regularidade (Certificate of Good Standing), Certificate of Existence (Certificado de Existência) ou Certificate of Facts (Certificado de Fatos), é um documento oficial emitido pelo escritório do Secretário de Estado de um estado que verifica que a empresa está legalmente registrada e autorizada a fazer negócios. Muitas vezes é necessário no curso do dia a dia dos negócios.

Passo 4 – Aplicação do número de identificação da empresa (EIN)

O que é o EIN? EIN é o Employer Identification Number (Número de Identificação do Empregador), ou Federal Tax Identification Number (Número de Identificação Fiscal Federal - FTIN) ou mais conhecido como social security number para empresa. Ele é usado pelo governo federal para identificar uma entidade empresarial. E é um serviço gratuito.

Eu preciso ter um EIN? Sim, o EIN é necessário para o seguinte:

- Para abrir uma conta bancária comercial para a empresa
- Para fins fiscais federais e estaduais
- Para contratar funcionários para a empresa

Como obter o EIN? Um EIN é obtido do IRS (sem custos) pelo proprietário da empresa após a formação da empresa. Isso pode ser feito on-line, pelo correio ou FAX.

Como obter o EIN online? Um dos sócios da empresa precisa ter o número de seguro social (Social Security Number - SSN) ou ITIN (Individual Taxpayer Identification Number). Ou uma outra pessoa, denominada Terceiro designado (third party designee – TPD) pode usar seu SSN ou ITIN e preencher a aplicação em nome do dono da empresa, e ser responsável legal pela empresa perante o IRS. O dono da empresa deverá autorizar essa pessoa a solicitar e receber o EIN em seu nome. Vale ressaltar que o TPD não é considerado como socio da empresa mesmo sendo responsável pela empresa perante o IRS, ou seja, ele não tem direitos a tomar decisões ou participar do capital social e resultado da empresa.

Os sócios estrangeiros da empresa não podem aplicar para o EIN online por não terem o número de SSN e ITIN. Nesses casos, a aplicação do EIN deve ser feita por correio ou por FAX através do preenchimento do formulário SS4 disponibilizado no site do IRS e o mesmo após preenchido e assinado por um dos sócios da empresa, deve ser enviado junto com o Articles of Organization / Articles of Incorporation da empresa emitido pelo Estado.

Link para aplicar o EIN online:

<https://sa.www4.irs.gov/modiein/individual/legal-structure.jsp>

Endereço para onde enviar os documentos por correio:

Internal	Revenue	Service
Attn:	EIN	Operation
Cincinnati, OH 45999		

Número para enviar a aplicação por FAX:

Fax: (855) 641-6935

Passo 5 – Elaboração do Contrato social da empresa

Após ter finalizado todas as etapas anteriores, nessa etapa é elaborado o contrato social da empresa onde é estabelecida a estrutura organizacional da empresa. Para empresas LLC o contrato social chama-se Operating Agreement e para as empresas Corp chama-se Bylaws.

Operating Agreement:

Se a empresa for constituída em Delaware, Maine, Missouri ou Nova York, as leis estaduais exigem que a empresa crie um Operating Agreement (embora não seja necessário registrar o documento no governo). Nos outros Estados esse documento não é obrigatório, porém é crucial para as operações internas da empresa, pois nele deixa claros os processos importantes da empresa, incluindo como distribuir lucros e perdas e quais membros têm autoridade para vincular a empresa a contratos legais. Uma LLC com vários membros pode usar este acordo para reduzir as chances de disputas entre membros. Criar um Operating Agreement permite que você exerça mais controle sobre as regras que regem a gestão da sua empresa, pois sem ele, quaisquer ações legais contra a empresa dependerão das disposições estabelecidas pelo código LLC do Estado.

LLC com um único membro também podem se beneficiar de um Operating Agreement, especialmente se o único membro depender de um gerente para conduzir os negócios da empresa. Detalhe importante para um investidor brasileiro que não reside nos EUA e concede poderes a alguém no país para gerenciar a empresa.

Em seu Operating Agreement, certifique-se de incluir:

- **Informação da empresa:** nome, setor em que o negócio opera, uma descrição dos serviços e o endereço do escritório principal, descrição dos objetivos que a empresa se propõe a atingir
- **Detalhes dos membros:** nome completo, endereço, funções e responsabilidades de cada um, valor dos aportes de capital, poderes de votos, regras que regem os membros de forma geral
- **Regras de gestão:** membros ou gerentes designados a administração da empresa, quem tem capacidade de assinar contratos em nome da empresa e inclusive abrir conta em banco e comprar ativos
- **Informações contábeis:** classificação fiscal da empresa, o fim do ano fiscal, como distribuir lucros e perdas aos membros (em partes iguais, uma porcentagem fixa ou em proporção às contribuições de capital), como distribuir ativos quando um membro sai ou se a empresa se dissolve

Bylaws:

Diferente da LLC, o Bylaws é um requisito legal para as empresas C Corp e S Corp, especialmente para as corporações sem fins lucrativos.

Em seu Bylaws, certifique-se de incluir:

- Como a corporação será governada, incluindo o papel dos diretores e executivos
- Como as reuniões são realizadas, procedimentos de votação, eleição de executivos ou diretores
- Como os registros serão mantidos e gerenciados
- Como as disputas serão tratadas
- Como os estatutos serão adicionados/alterados no futuro
- A data da reunião anual de acionistas
- Como negociar contratos
- Deveres fiduciários para a corporação (ou seja, agir no melhor interesse da corporação)
- O que constitui um quórum para fins de votação

Passo 6 – Envio do relatório BOI (Beneficial Ownership Information)

O Relatório de Informações de Propriedade Beneficiária (BOI) é um novo requisito sob o Corporate Transparency Act (CTA) federal e lista os "proprietários beneficiários" de uma empresa — os indivíduos que realmente possuem ou controlam o negócio. Esse relatório é arquivado on-line na Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN) do Departamento do Tesouro dos EUA. As informações do proprietário beneficiário são armazenadas em um banco de dados seguro, onde podem ser usadas por autoridades policiais, certas agências governamentais e instituições financeiras sujeitas a requisitos de due diligence. As informações não estarão disponíveis ao público em geral.

Quem é obrigado a enviar o relatório BOI? Todas as empresas constituídas nos EUA, LLC, C Corp, S Corp. As Sole proprietorships e general partnerships não precisam registrar um Relatório BOI. As empresas que foram constituídas a partir do 1º de janeiro de 2024, devem apresentar o relatório no prazo de 90 dias a partir da data efetiva da abertura no Estado. As empresas formadas até 31 de dezembro de 2023 serão obrigadas a apresentar o relatório até 31 de dezembro de 2024. Para as empresas declarantes criadas ou registradas após 1º de janeiro de 2025, o relatório deverá ser entregue em até 30 dias.

O que acontece se não apresentar o BOI dentro do prazo exigido? A falha intencional em relatar informações completas ou atualizadas sobre propriedade beneficiária ao FinCEN pode resultar em penalidades civis ou criminais, incluindo penalidades civis de até US\$ 500 por cada dia em que a violação continuar, ou penalidades criminais, incluindo prisão por até dois anos e/ou uma multa de até US\$ 10.000. Os dirigentes superiores de uma entidade que não apresentem um relatório BOI exigido podem ser responsabilizados por essa falha.

O relatório BOI não expira, ou seja, só é necessário enviá-lo somente uma vez. Porém ele deve ser atualizado se alguma informação nele for alterada, ou seja, se houver mudança no quadro societário ou endereço, você deve relatar alterações de informações ao FinCEN dentro de 30 dias da alteração.

O relatório pode ser feito e enviado através do site <https://boiefiling.fincen.gov/>.

E as informações e documentações necessárias são: nome legal ou DBA (nome fantasia), EIN e endereço completo da empresa e uma cópia de um documento de identidade emitido pelo governo, como carteira de motorista, passaporte dos EUA ou outro documento de identidade emitido por um estado dos EUA ou tribo nativa americana, com o número da carteira de motorista ou outro número de identificação claramente visível. Proprietários beneficiários que não tenham nenhum desses documentos podem enviar um passaporte estrangeiro.

Após finalizados os passos anteriores, a empresa está oficialmente aberta e apta para iniciar as operações. Porém dependendo do tipo da atividade econômica da empresa, é necessário obter a licença e autorização comercial para operar a empresa. Os detalhes das licenças e autorizações comerciais variam de estado para estado. Para obter as licenças e autorizações comerciais corretas peça a um serviço profissional de licenciamento para fazer isso porque são informações bem específicas, muitas vezes até aulas curtas são necessárias.

Estrutura de Negócios	Sociedade	Responsabilidade	Impostos
Sole proprietorship	Uma pessoa	Responsabilidade pessoal ilimitada	Self-employment tax Imposto pessoal
Partnerships	Duas ou mais pessoas	Responsabilidade pessoal ilimitada, a menos que seja estruturada como uma sociedade limitada	Self-employment tax (exceto para as limited partners) Imposto pessoal
Limited liability company (LLC)	Uma ou mais pessoas	Os proprietários não são pessoalmente responsáveis	Self-employment tax Imposto pessoal e empresarial
Corporation - C corp	Uma ou mais pessoas	Os proprietários não são pessoalmente responsáveis	Imposto empresarial
Corporation - S corp	<ul style="list-style-type: none"> • 100 pessoas ou menos • Algumas trusts and estates • nenhuma parceria, corporação ou estrangeiro não residente 	Os proprietários não são pessoalmente responsáveis	Imposto pessoal e empresarial

Fonte: <https://www.sba.gov>

Diferença entre C Corporation e LLC

	C Corporation	LLC (Limited Liability Company)
Equivalente no Brasil	S/A	Ltda
Responsabilidades da empresa	Responsabilidade pessoal parcialmente limitada dos sócios pelas obrigações da corporação.	Responsabilidade pessoal parcialmente limitada dos membros de obrigações da empresa.
Tributos obrigatórios	Conta com uma dupla tributação. Primeiramente ao nível corporativo e depois no momento em que os acionistas recebem seus dividendos. A não ser que haja distribuição de lucros, os acionistas da empresa não precisam fazer declaração de imposto.	Exceto se a empresa opte por ser taxada como uma Corporation, a LLC não é tributada. Os lucros e perdas são repassados para os seus membros. Anualmente, todos os sócios precisam fazer declaração de imposto nos Estados Unidos.
Propriedade	Sem limite de classes de ações. Número ilimitado de acionistas.	Número ilimitado de “membros”.
Documentos necessários para a abertura da empresa	Articles of Incorporation, Bylaws, Organizational Board Resolutions, Stock Certificates e Stock Ledger.	Articles of Organization e Operating Agreement.

Estrutura de gestão	Estrutura mais “engessada”, onde um Conselho de Administração tem a responsabilidade global da gestão, enquanto os gerentes executam as tarefas do dia a dia.	Estrutura mais livre. O Acordo Operacional (Operating Agreement) decide de que maneira o negócio será gerido e um gerente pode ser designado.
Contribuição de capital	As ações são compradas pelos Shareholders.	Em geral, os membros contribuem com serviços ou dinheiro no momento da formação.
Captação de investimentos	Pode levantar fundos por meio da emissão de dívidas conversíveis e venda de ações.	Pode levantar fundos por meio da emissão de um “membership interests”.
Notação de risco de crédito	Constrói um “credit score”.	Utiliza o crédito dos seus proprietários.

Um estrangeiro ao abrir um negócio nos Estados Unidos deve saber quais são suas obrigações fiscais no país. Basicamente o estrangeiro só é tributado se estiver "envolvido em um comércio ou negócio nos Estados Unidos", ou seja, quando realiza serviços ou vende produtos. Entender o processo de tributação no país é fundamental para otimizar o planejamento financeiro e ajudar na tomada de decisões. A seguir serão abordadas questões como a residência fiscal nos EUA, tipos de impostos, deduções fiscais e outras questões que podem auxiliar o brasileiro a entender um pouco a complexidade do sistema fiscal americano.

4.1 COMO DETERMINAR A RESIDÊNCIA FISCAL NOS EUA

Primeiramente vale salientar que residência fiscal não significa residência permanente no país, ou seja, não é o mesmo de ter greencard ou ser cidadão no país. Residência fiscal é um conceito fundamental no sistema tributário dos EUA e que determina quais pessoas são obrigadas a pagar impostos ao governo americano e a responsabilidade de declarar a renda global, ou seja, se há a responsabilidade de declarar impostos tanto nos EUA quanto no Exterior. É essencial determinar o seu status tributário porque o residente e o não residente fiscal são tributados de forma diferente.

Um estrangeiro é considerado residente fiscal para o ano fiscal se atender ao teste do greencard (residência de permanência legal nos EUA de acordo com as leis de imigração) ou ao teste de presença substancial.

4.1.1 Teste de presença substancial

Leva em consideração o tempo que o estrangeiro passa nos Estados Unidos durante um determinado período, basicamente se você passar a maioria dos dias no país, dependendo do status imigratório, é provável que seja considerado um residente fiscal.

A receita federal americana (Internal Revenue Service – IRS) determina o teste de presença substancial da seguinte forma:

- 31 dias durante o ano atual e
- 183 dias durante o período de 3 anos que inclui o ano atual e os 2 anos imediatamente anteriores ao ano atual. Para satisfazer o requisito de 183 dias, conte:
 - Todos os dias em que você esteve presente no ano atual
 - 1/3 dos dias em que você esteve presente no primeiro ano antes do ano atual
 - 1/6 dos dias em que você esteve presente no segundo ano antes do ano atual.

Não devem ser considerados os dias que você estiver passando pelos EUA em conexão para outro país ou membro da tripulação de companhia aérea estrangeira. Ou até mesmo se você veio ao país e foi impedido de sair por uma condição médica ou problema médico que surgiu enquanto estava no país, ou seja, nesse período em que você ficou impossibilitado de sair do país não entra na contagem do teste de presença substancial.

4.1.2 Pessoas isentas a regra do teste de presença substancial:

Você é um indivíduo isento, o que significa que seus dias de presença nos Estados Unidos não são contados para fins do teste de presença substancial, se você se enquadrar em qualquer uma das seguintes categorias (visto/status imigratório):

- **Visto A ou G:** Um indivíduo temporariamente presente nos Estados Unidos como um indivíduo relacionado a um governo estrangeiro.
- **Visto F, J, M ou Q:** Um estudante, professor ou intercambista temporariamente presente nos Estados Unidos até 5 anos, após 5 anos presente no país com esses vistos a pessoa já é considerada residente fiscal.
- **Visto P:** um atleta profissional temporariamente presente nos Estados Unidos.

Em resumo, se você está no país com um **visto válido** de não imigrante você é considerado não residente fiscal. Se por um acaso o seu visto de não imigrante perdeu a validade, desde esse momento começa a contagem do teste de presença substancial para determinar sua residência fiscal. E quem esteve com visto de não imigrante e entra com um processo imigratório para um visto de imigrante, ou seja, pedido de greencard, desde esse momento a pessoa começa a ser considerada residente fiscal.

5.1 IMPOSTO FEDERAL

O Imposto de Renda Federal, conhecido como Federal Income Tax, é um dos impostos mais importantes nos Estados Unidos, ele possui uma alíquota única para todo o país. O imposto incide sobre o lucro corporativo, se a empresa for uma C Corp o imposto é fixo em 21% ao ano e se for uma LLC ou S Corp a alíquota do imposto vai ser baseado no formulário do imposto de renda do sócio da empresa. A alíquota do imposto de renda das pessoas físicas é progressiva, o que significa que as taxas variam de acordo com o nível de renda. O imposto de renda federal é declarado anualmente e o formulário para o preenchimento é determinado conforme a residência fiscal do indivíduo ou o tipo da empresa.

5.2 IMPOSTO ESTADUAL

Assim como o imposto de renda federal, o imposto de renda estadual é aplicado sobre a renda obtida por indivíduos e empresas, mas em nível estadual. Cada estado tem suas próprias faixas de renda e taxas de imposto, o que significa que a taxa do imposto de renda estadual pode variar de um estado para outro. Alguns estados não têm imposto estadual sobre a renda, enquanto outros têm taxas significativas.

5.3 IMPOSTO MUNICIPAL

Além dos impostos federais e estaduais, alguns municípios também cobram impostos locais, como o imposto sobre a propriedade (Property Tax) ou o imposto sobre vendas (Sales Tax). A taxa e a aplicação desses impostos podem variar consideravelmente, dependendo do local em que o indivíduo mora.

Sales Tax: São os impostos cobrados em lojas e supermercados em geral. Ele possui uma taxa fixa em boa parte dos EUA, mas em alguns lugares essas tarifas podem sim variar não só de estado para estado, mas também de acordo com a cidade em que você está. Aqui está algumas das alíquotas por estado e cidade: Miami: 7% (algumas regiões chegam a 6%); Miami Beach: 7%; Orlando: 6,5%; Tampa: 7%; Alabama: 8,45%; Califórnia: 8,38%; San Francisco: 8,5%. Nem todos os produtos são taxados por esse imposto, em alguns estados, por exemplo, não há cobrança para alimentos ou roupas. No entanto, restaurantes podem ser taxados, e só existem 4 estados norte-americanos onde não há a cobrança de Sales Tax: Delaware, Montana, New Hampshire e Oregon. Mas existem estados em que há reembolso desse imposto para turistas internacionais.

Property Tax: Esse imposto é aquele que incide sobre bens, incluindo propriedades residenciais, comerciais ou industriais e seu valor é calculado pelo órgão responsável, de acordo com o preço de mercado do imóvel. Esse imposto é equivalente ao IPTU no Brasil, assim como o IPTU, o Property Tax é cobrado anualmente.

5.4 OUTROS IMPOSTOS RELEVANTES

Além dos impostos mencionados acima, os EUA também cobram impostos sobre ganhos de capital, heranças, propriedade e vendas de bens e serviços. Cada um desses impostos tem suas próprias regras e regulamentos, e é crucial entender como eles podem afetar sua situação financeira.

Ganho de Capital: 15% ou 20% (geralmente 15%) se a venda do ativo ocorrer após 1 ano da compra (longo prazo). Se ocorrer antes de 1 ano, o ganho será considerado de curto prazo, então o IRS considera a operação com caráter especulativo, gerando tributação de renda ordinária de acordo com a tabela do imposto de renda.

Dividendos e juros: os dividendos e juros provenientes de investimentos também são tributados. Os dividendos qualificados podem ser tributados a taxas de ganho de capital preferenciais, enquanto os juros são tributados à taxa de imposto de renda ordinária. É importante estar ciente desses impostos ao planejar os investimentos nos EUA.

Imposto de Sucessão: Aplicar-se-á a alíquota do Estate Tax na transmissão das quotas da LLC na transmissão causa mortis. A isenção para não-residentes é de apenas US\$ 60.000,00. O valor das quotas é apurado com base nos ativos/recursos que foram integralizados na companhia.

6.1 PESSOA FÍSICA

6.1.1 Não residente fiscal

Um não residente fiscal pode estar sujeito a um sistema de tributação conhecido como Non-Resident Alien Taxation. Nesse caso ele só precisa declarar impostos se estiver envolvido num negócio no país e não é obrigado a declarar renda global. Se ele não estiver envolvido em um comércio ou negócio nos EUA e tiver qualquer renda de fonte dos EUA na qual o valor do imposto retido não satisfizes totalmente o imposto devido, ou se ele busca reivindicar um reembolso de imposto retido ou pago em excesso, ele também deve arquivar um **Formulário 1040-NR**.

Se o não residente fiscal tinha salários sujeitos à retenção de imposto de renda e arquivava em uma base de ano civil, sua declaração vence em 15 de abril.

Se o não residente fiscal não tinha salários sujeitos à retenção e arquivava em uma base de ano civil, sua declaração vence em 15 de junho.

A taxa do imposto de renda do não residente fiscal vai ser determinada segundo a tabela progressiva dos indivíduos Single (solteiro) da receita federal e as taxas podem variar conforme a renda auferida pelo contribuinte, para detalhes ver Tabela 1 a seguir.

6.1.2 Residente fiscal

Estrangeiros residentes devem seguir as mesmas leis tributárias que os cidadãos dos EUA e deve arquivar um **Formulário 1040** ou **Formulário 1040-SR** (para idosos). Um residente fiscal além de declarar imposto nos EUA, está sujeito também a declarar imposto sobre sua renda global, incluindo rendimentos obtidos no Brasil ou em qualquer outro país. E há outros requisitos específicos de divulgação como o FBAR (Declaração de Contas Financeiras no Exterior), quando o indivíduo possui \$10 mil dólares na conta bancária ou de investimento em qualquer dia no ano.

O Brasil e os Estados Unidos possuem acordos internos como o Acordo de Segurança Social entre os dois países, que permite a aplicação de créditos tributários para evitar a dupla tributação e garantir que os contribuintes não sejam tributados duas vezes sobre a mesma renda. Esse acordo permite que os contribuintes brasileiros nos EUA possam compensar o imposto federal pago nos EUA com o imposto devido no Brasil, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pelas autoridades fiscais de ambos os países. Eles estabelecem regras para a tributação de diferentes tipos de renda, como dividendos, juros, royalties e ganhos de capital.

O prazo para o envio do imposto de residente fiscal é 15 de abril, podendo ser solicitado um pedido de extensão para 15 de outubro. Lembrando que o pedido de extensão do envio da declaração do imposto de renda garante o envio do imposto ser postergado, porém o imposto de renda devido (a

pagar) deve ser pago até 15 de abril, e qualquer pagamento feito depois desse prazo sofre acréscimo de juros e multa.

Para a declaração do Imposto de Renda nos Estados Unidos, são necessários alguns formulários e documentos:

- **Formulário 1040:** É o formulário principal para a declaração de Imposto de Renda nos EUA. Ele é usado para relatar rendas, deduções, créditos e calcular o valor devido ou o reembolso a receber. Existem variantes do Formulário 1040, como o 1040A e o 1040EZ, que são mais simples e têm requisitos específicos.
- **Formulário W-2:** É um formulário fornecido pelo empregador que mostra os ganhos e os impostos retidos ao longo do ano, equiparado ao Informe de Rendimento Anual que os trabalhadores de carteira assinada recebem no Brasil. Esse formulário é necessário para relatar a renda proveniente do trabalho.
- **Formulário 1099:** É usado para relacionar rendimentos de outras fontes, como rendimentos de aluguel, dividendos, juros, entre outros. Existem diferentes variantes do Formulário 1099, dependendo da natureza do rendimento.
- **Comprovantes de despesas e deduções:** É importante ter documentos que comprovem as despesas e deduções que você pretende na declaração de Imposto de Renda. Isso pode incluir recibos médicos, recibos de doações para instituições de caridade, comprovantes de despesas educacionais, entre outros.
- **Número de Seguro Social (Social Security Number – SSN):** O SSN é um número de identificação emitido pela Administração de Seguridade Social dos EUA, equiparado ao CPF do Brasil. Ele é usado para identificar os contribuintes e é necessário para a declaração de Imposto de Renda.
- **Número de Identificação do Contribuinte Individual (Individual Taxpayer Identification Number – ITIN):** O ITIN é um número de processamento de impostos emitido pelo IRS para os indivíduos que não são elegíveis para obter um SSN. Esse número é indispensável para o indivíduo declarar imposto de renda. Lembrando que esse número só deve ser usado somente para declarar imposto e não pode ser usado para outros fins, tais quais, trabalhar, fazer financiamento, ele não qualifica para fins de Crédito de imposto de renda recebido e nem fornece elegibilidade para benefícios do seguro social. O ITIN é emitido independentemente do status de imigração, porque tanto os estrangeiros residentes quanto os não residentes podem ter um requisito de arquivamento ou relatório nos EUA sob o Código da Receita Federal.

- **Documentos de identificação pessoal:** É importante ter documentos de identificação pessoal, como passaporte, carteira de motorista ou cartão de identificação emitido pelo governo.

Estas são algumas das principais formas e documentos necessários para a declaração do Imposto de Renda nos Estados Unidos. **É importante lembrar que as leis fiscais podem mudar ao longo do tempo, e cada situação tributária é única.**

A taxa do imposto de renda do residente fiscal vai ser determinada segundo a tabela progressiva da receita federal. As taxas podem variar conforme a renda auferida pelo contribuinte e pelo status civil da declaração de imposto de renda, podendo ser Single (solteiro) ou Married Filing Separately (casado declarando separados), Married Filing Jointly (casado declarando juntos) e Head of Household (indivíduo solteiro com dependentes).

Em 2024, os limites de renda para todas as faixas de imposto e todos os declarantes serão ajustados pela inflação e serão os seguintes (Tabela 1). O imposto de renda federal tem sete taxas de imposto em 2024: 10%, 12%, 22%, 24%, 32%, 35% e 37%. A taxa marginal máxima de imposto de renda de 37% atingirá os contribuintes com renda tributável acima de \$ 609.350 para declarantes solteiros e acima de \$ 731.200 para casais casados que declaram em conjunto.

Tabela 1

Tax rate	Single	Married filing jointly	Married filing separately	Head of household
10%	\$0 to \$11,600	\$0 to \$23,200	\$0 to \$11,600	\$0 to \$16,550
12%	\$11,601 to \$47,150	\$23,201 to \$94,300	\$11,601 to \$47,150	\$16,551 to \$63,100
22%	\$47,151 to \$100,525	\$94,301 to \$201,050	\$47,151 to \$100,525	\$63,101 to \$100,500
24%	\$100,526 to \$191,950	\$201,051 to \$383,900	\$100,526 to \$191,950	\$100,501 to \$191,950
32%	\$191,951 to \$243,725	\$383,901 to \$487,450	\$191,951 to \$243,725	\$191,951 to \$243,700
35%	\$243,726 to \$609,350	\$487,451 to \$731,200	\$243,726 to \$365,600	\$243,701 to \$609,350
37%	\$609,351 or more	\$731,201 or more	\$365,601 or more	\$609,350 or more

6.2 PESSOA JURÍDICA

6.2.1 LLC

Tal tributação é chamada de Pass-through taxation. Nela, a organização propriamente dita não tem que pagar tributos, tudo vai para o Tax Return pessoal do proprietário. Os membros não são funcionários e não devem receber salário (Formulário W-2). Vale ressaltar também que os sócios não pagam imposto sobre as distribuições de lucros recebidas pela LLC, pois eles só pagam impostos sobre o lucro realizado. Porém se ao final do exercício fiscal os sócios da LLC recebem mais distribuições do que são devidas, ele paga imposto sobre ganho de capital sobre esse excesso de distribuição.

Se a empresa enquadrada neste modelo tiver 2 sócios ou mais:

- Seguirá o **regime Partnership**, realizando **Tax Return**, que é a declaração de imposto de renda anual. Isso se dá através do Formulário 1065 (U.S. Return of Partnership Income), em que devem relatar a renda, deduções, ganhos, perdas etc., de suas operações, mas não paga imposto de renda. Em vez disso, ela "repassa" lucros ou perdas para seus membros. A Partnership deve fornecer cópias do Anexo K-1 (Formulário 1065) a cada um dos membros e cada membro relata sua parte da renda ou perda da Partnership em sua declaração de imposto de renda pessoal.
- Há alguns formulários extras que devem ser anexados ao Formulário 1065 quando houver membros estrangeiros numa Partnership. Sendo eles:
 - Schedule K-2 (Partners' Distributive Share Items—International) para relatar itens de relevância fiscal internacional, tais quais Informações relacionadas a crédito tributário estrangeiro, a origem e a segmentação de renda e deduções e interesses em entidades estrangeiras ou distribuições de corporações estrangeiras.
 - Schedule K-3 (Partner's Share of Income, Deductions, Credits, etc.—International) para relatar a participação distributiva de um parceiro em itens de relevância fiscal internacional (conforme relatado no Anexo K-2, acima) e é uma extensão do Formulário 1065 Anexo K-1.
 - Formulário 8804 (Annual Return for Partnership Withholding Tax) para relatar a responsabilidade total de retenção para o ano fiscal da empresa.
 - Formulário 8805 (Foreign Partner's Information Statement of Section 1446 Withholding Tax) para mostrar o valor da renda tributável efetivamente conectada (ECTI) e o crédito tributário total alocável ao parceiro estrangeiro para o ano fiscal da empresa.
- O prazo para o envio da declaração de imposto é 15 de março, podendo ser solicitada uma extensão para enviar até o dia 15 de setembro.

Caso tenha 1 sócio:

- Seguirá o **regime de Sole Proprietorship**, em que o sócio declara receitas e despesas em seu próprio Tax Return. Isso se dá através Formulário 1040 (Schedule C) para os residentes fiscais ou Formulário 1040NR (Schedule C) para os não residentes fiscais. O prazo para o envio da declaração de imposto é conforme o imposto de renda pessoal do sócio, sendo 15 de abril para os residentes fiscais e 15 de junho para os não residentes fiscais.

Lucros e perdas podem ser repassados para sua renda pessoal sem enfrentar impostos corporativos. No entanto, os membros de uma LLC são considerados autônomos e devem pagar contribuições fiscais de trabalho autônomo para o Medicare e a Previdência Social. Além do imposto de renda federal baseado pela tabela progressiva o autônomo deve recolher um imposto fixo de 15.3% (self employment tax). Com exceção aos sócios investidores, ou seja, os que não trabalham ativamente na empresa e nem na administração da empresa e tem funcionários ou contratistas que se encarregam em exercer essas funções. Tais sócios são requeridos a pagar somente o imposto federal e ficam dispensados do imposto sobre autônomo. Como exemplo, sócios donos de empresas que investem em imóveis nos EUA e pagam empresas para administrar os aluguéis e pagar as despesas das casas e impostos devidos.

6.2.2 C Corporation

Uma corporação geralmente toma as mesmas deduções que uma Sole Proprietorship para calcular sua renda tributável. Uma corporação também pode tomar deduções especiais. Para fins de imposto de renda federal, uma corporação C é reconhecida como uma entidade contribuinte separada. Uma corporação conduz negócios, realiza lucro ou prejuízo líquido, paga impostos e distribui lucros aos acionistas. Diferentemente da LLC, que não paga imposto na sua declaração de imposto de renda.

O lucro de uma corporação é tributado para a corporação quando ganho e, em seguida, é tributado para os acionistas quando distribuído como dividendos. Isso cria um imposto duplo, que pode ser evitado se os acionistas optarem em reter as distribuições de dividendos e receber salários, diferentemente da LLC que os membros não podem ser funcionários e nem receber salários. Além de evitar a dupla tributação, os salários e os impostos sobre os salários são dedutíveis para a C Corp, enquanto os dividendos não são dedutíveis.

Se a C Corp pagou dividendos a acionistas não residentes, deverá ser preenchido o Formulário 1042-S para relatar esses dividendos. Esses dividendos estão sujeitos a um imposto retido na fonte de 30% do valor bruto, porém os indivíduos de alguns países podem se beneficiar de uma taxa de imposto retido na fonte mais baixa se os EUA tiverem um tratado tributário com seu país. Residentes do Reino Unido, por exemplo, desfrutam de uma taxa de imposto retido na fonte de 15%. Para reivindicar esse benefício fiscal deve ser preenchido um Formulário W-8BEN e enviado o certificado de retenção para a empresa.

A C Corp deve apresentar o Formulário 1120 até o dia 15 de abril, podendo ser solicitada uma extensão para enviar até o dia 15 de outubro.

Se houver acionista estrangeiro não residente fiscal numa C Corp, é requerido anexar ao Formulário 1120 o Formulário 5472 (Declaração de informações de uma empresa estrangeira dos EUA com 25% de propriedade ou uma empresa estrangeira envolvida em um comércio ou negócio nos EUA). Este formulário é usado para relatar transações que ocorrem com uma "parte relacionada" estrangeira ou nacional, que o IRS define como:

- Qualquer acionista estrangeiro direto ou indireto de 25% da empresa de relatórios,
- Qualquer pessoa relacionada à empresa de relatórios,
- Qualquer pessoa relacionada a um acionista estrangeiro de 25% da empresa de relatórios ou
- Qualquer outra pessoa relacionada à empresa de relatórios.

Em outras palavras, se sua empresa estrangeira tiver transações reportáveis com qualquer pessoa que se enquadre em uma dessas categorias, você preencherá um Formulário 5472 separado para cada uma.

O imposto federal sobre o lucro é fixo em 21% e diferentemente da LLC, na C Corp é requerido declarar e recolher impostos a nível estadual também. As taxas estaduais de imposto de renda corporativo variam de 0% a 9,8%. E os estados Nevada, Ohio, Dakota do Sul, Texas, Washington e Wyoming não têm uma taxa estadual de imposto corporativo. Porém Nevada, Ohio, Texas e Washington cobram impostos de **receita bruta** sobre corporações em vez de impostos corporativos (sobre o lucro). Um imposto de receita bruta é um imposto sobre a receita bruta de uma empresa, que inclui a receita total da empresa sem deduções (por exemplo, despesas operacionais). Dakota do Sul e Wyoming não têm impostos estaduais de renda corporativa.

Estado	Taxa de Imposto
Alabama	6.5%
Alaska	0% – 9.4%
Arizona	4.9%
Arkansas	1% – 4.8%
California	8.84%
Colorado	4.40%
Connecticut	7.5%
D.C.	8.25%
Delaware	8.7%
Florida	5.5%
Georgia	5.75%
Hawaii	4.4% – 6.4%
Idaho	5.8%
Illinois	9.5% (7% + 2.5% Personal Property Replacement Tax)
Indiana	4.9%

Estado	Taxa de Imposto
Iowa	5.5% – 7.1%
Kansas	3.5%-6.5%
Kentucky	5.0%
Louisiana	3.5% – 7.5%
Maine	3.5% – 8.93%
Maryland	8.25%
Massachusetts	8.0%
Michigan	6.0%
Minnesota	9.8%
Mississippi	4.0% – 5.0%
Missouri	4.0%
Montana	6.75%
Nebraska	5.58% – 6.5%
Nevada	N/A
New Hampshire	7.5%
New Jersey	6.5% – 9.0%
New Mexico	4.8% – 5.9%
New York	6.5% – 7.25%
North Carolina	2.5%
North Dakota	1.41% – 4.31%
Ohio	N/A
Oklahoma	4.0%
Oregon	6.6% – 7.6%
Pennsylvania	8.49%
Rhode Island	7.0%
South Carolina	5.0%
South Dakota	N/A
Tennessee	6.5%
Texas	N/A
Utah	4.65%
Vermont	6.0% – 8.5%
Virginia	6.0%
Washington	N/A
West Virginia	6.5%
Wisconsin	7.9%
Wyoming	N/A

Fonte: <https://www.patriotsoftware.com/blog/accounting/corporate-tax-rate/>

6.2.3 S Corporation

Uma S Corp é outro tipo de estrutura empresarial que permite que uma empresa passe sua renda, deduções e perdas para seus acionistas. Tanto uma C Corp quanto uma S Corp oferecem proteção de responsabilidade limitada, e o processo de incorporação é semelhante para ambas. As principais diferenças estão relacionadas à tributação e propriedade.

S Corps podem ter transferências simplificadas de ativos¹, ou seja, transferir interesses ou ajustar bases de propriedade sem enfrentar consequências fiscais adversas ou ter que cumprir regras contábeis complexas.

Conforme explicado no item anterior, uma grande desvantagem para C Corp é que os lucros são efetivamente tributados duas vezes, primeiro nos impostos de renda da empresa e novamente quando os acionistas recebem dividendos. Uma S Corp é uma entidade "pass-through", o que significa que não paga impostos de renda corporativos, em vez disso, os lucros são tributados no nível do acionista, igualmente numa LLC. Porém numa S Corp os sócios podem ser funcionários e receber salários na folha de pagamento e receber dividendos corporativos isentos de impostos se a distribuição não exceder sua base de ações. E ao caracterizar o dinheiro que recebem do negócio como salário ou dividendos, os proprietários de S Corp geralmente reduzem sua responsabilidade pelo imposto de trabalho autônomo, ou seja, os sócios em sua declaração de imposto pessoal são dispensados de pagar o imposto de autônomo de 15.3% (self employment tax). É muito importante ter cuidado quando houver distribuição de lucro aos proprietários de uma S Corp, pois se deve pagar salários razoáveis² aos acionistas-funcionários pelos serviços prestados antes que quaisquer distribuições sejam feitas e o IRS analisa como as S Corps pagam seus funcionários porque muitas vezes os salários são disfarçados em distribuições para evitar pagamento de imposto sobre folha de pagamento. Quaisquer erros encontrados numa declaração, o status S de uma S Corp pode ser encerrado pelo IRS.

A S Corp deve apresentar o Formulário 1120-S para a declaração de imposto de renda, onde relata a renda, perdas, dividendos e outras distribuições que a corporação passou para seus acionistas, frequentemente acompanhado por um Anexo K-1, que delinea a porcentagem de ações da empresa detidas por cada acionista individual. O formulário deve ser entregue até o 15 de março, podendo ser solicitada a extensão do envio da declaração para o dia 15 de setembro.

6.3 DEDUÇÕES FISCAIS NOS EUA

As deduções fiscais são reduções da renda tributável, ou seja, reduzem a base de cálculo para o imposto devido. Podendo algumas delas ser para empresas e outras para pessoas físicas, de forma geral elas são devidas aos residentes fiscais no país, os não residentes fiscais não tem direito a essas deduções.

¹ A transferência de ativos é um processo pelo qual a propriedade ou o controle de um ativo é transferido de uma pessoa ou entidade para outra. O ativo em questão pode ser um ativo tangível, como imóveis ou estoque, ou um ativo intangível, como uma patente ou um direito contratual.

² uma taxa de mercado justa com base nas qualificações do indivíduo, bem como em seus deveres e responsabilidades na empresa.

6.3.1 Qualified Business Income (QBI)

Tanto as LLCs quanto as S corps se beneficiam de uma disposição no Tax Cuts and Jobs Act de 2017 que permite que proprietários qualificados de entidades pass-through deduzam 20% da renda empresarial qualificada (QBI) de sua declaração de imposto de renda. Os limites da dedução começam a ser implementados para contribuintes com renda acima de US\$ 191.950 (ou US\$ 383.900 para contribuintes casados declarando juntos) em 2024 (Tabela 7). No entanto, para as S corps, a dedução não se aplica aos lucros pagos como salários.

6.3.2 Deduções de negócios

Basicamente são as deduções específicas relacionadas às despesas comerciais das empresas, independente se LLC ou Corporation. Isso pode incluir despesas de escritório, viagens de negócios, aluguel de espaço comercial, seguro de responsabilidade civil, refeições para o negócio, pagamentos aos funcionários ou profissionais legais, entre outros. Nos EUA, diferentemente do Brasil, o IRS considera como comprovação desses gastos, a movimentação bancária da conta corporativa, ou seja, não é necessário guardar os recibos/notas de pequenas despesas como refeições, produtos que não serão considerados como ativos. Para a declaração de imposto de renda de autônomo é possível também abater despesas relacionadas a atividade econômica exercida, equiparando ao imposto corporativo.

6.3.3 Standard deduction (dedução padrão)

A maioria dos contribuintes residentes fiscais pode optar por uma dedução padrão, que é um valor fixo deduzido automaticamente de sua renda tributável. Em geral, a dedução padrão é ajustada a cada ano para inflação e varia de acordo com o status civil do indivíduo, se ele tem 65 anos ou mais e/ou é cego ou se outro contribuinte puder declará-lo como dependente. O status civil podem ser: Single (solteiro), married filing jointly (casado declarando juntos), married filing separately (casado declarando separados) ou head of household (indivíduo solteiro com dependentes). Optar pela dedução padrão, não é possível reivindicar a dedução detalhada (detalhes a seguir), como por exemplo doações de caridade. Porém é possível reivindicar as deduções acima da linha (above-the-line deductions), também conhecidas como ajustes de renda, que são subtraídas separadamente da sua renda bruta. As deduções acima da linha incluem isenções fiscais para juros de empréstimos estudantis; contribuições para um IRA tradicional (plano privado para aposentadoria); e despesas de mudança em casos de indivíduos das forças armadas.

A seguir está a tabela do standard deduction para o ano de 2024:

Filing Status	Deduction Amount
Single, Married filing separately	\$14,600
Married Filing Jointly	\$29,200
Head of Household	\$21,900
Additional Amount for Married Seniors	\$1,550 per person
Additional Amount for Unmarried Seniors	\$1,950 per person
Additional Amount for Married Blind	\$1,550 per person
Additional Amount for Unmarried Blind	\$1,950 per person
Additional Amount for Married Blind and Senior	\$3,100 per person
Additional Amount for Unmarried Blind and Senior	\$3,900 per person

Standard deduction para dependentes: Para 2024, o limite será de \$ 1.300 ou sua renda auferida mais \$ 450, o que for maior. Mas, o valor nunca pode ser maior do que a dedução padrão usual disponível para seu status civil. Por exemplo, digamos que sua renda auferida seja de \$10mil ao ano, sua dedução padrão será \$10mil + \$450, ou seja, \$10,450 já que é menor que sua dedução padrão normal como solteiro \$14,600.

6.3.4 Itemized deduction (dedução detalhada):

Para aqueles que têm despesas elegíveis, como despesas médicas (fora do que foi coberto pelo plano de saúde), juros hipotecários, impostos estaduais e locais pagos, e doações para instituições de caridade, é possível optar por deduções detalhadas, que podem ser mais vantajosas, porém são mais trabalhosas do que fazer a dedução padrão. O indivíduo tem que rastrear as despesas, manter recibos ou outra documentação provando que gastou o dinheiro para fins dedutíveis e — se estiver fazendo impostos usando papel e caneta — preencher formulários fiscais adicionais. Se ao somar todas essas despesas elegíveis, e essa soma ultrapassar a dedução padrão da declaração, automaticamente será usado a dedução detalhada para deduzir a renda tributável ao invés da dedução padrão. Então em resumo, só é vantajoso para o contribuinte incluir na declaração as despesas elegíveis se elas somarem um valor maior que o total da tabela da dedução padrão do seu status civil.

Se a renda do contribuinte for menor que sua dedução padrão ou dedução detalhada, a sua renda tributável é efetivamente reduzida a zero e ele não é obrigado a declarar imposto de renda federal. Mas declarar ainda é uma ideia inteligente, principalmente se puder reivindicar o crédito de imposto de renda auferido ou qualquer outro crédito de imposto "reembolsável" que colocará dinheiro no bolso, mesmo que não tenha nenhum imposto a pagar. Vale destacar que os não residentes fiscais não podem reivindicar a dedução padrão nem da dedução detalhada.

6.4 CRÉDITOS FISCAIS NOS EUA

Os créditos fiscais diferem das deduções fiscais basicamente porque os créditos fiscais são deduções diretas ao imposto devido, reduzindo assim o valor total do imposto a pagar, não interferindo na renda anual. Cada crédito tem seus próprios requisitos e limites, e alguns são reembolsáveis, o que significa que o contribuinte pode receber um reembolso mesmo que não tenha imposto devido.

Segue alguns exemplos mais comuns desses créditos fiscais:

- **Child Tax Credit – CTC (Crédito Tributário Infantil):** O crédito tributário infantil máximo é de \$ 2.000 por criança menor de 17 anos e não é ajustado pela inflação. A parcela reembolsável do crédito tributário infantil é ajustada pela inflação e aumentará de \$ 1.600 para \$ 1.700 em 2024. Porém há limites de renda associados a esse crédito, o crédito começa a ser eliminado gradualmente se o contribuinte ganhar US\$ 200.000 como single ou married filing separately ou US\$ 400.000 como contribuinte married filing jointly.
- **Earned Income Tax Credit:** crédito destinado aos que possuem renda baixa ou moderada e ele é totalmente reembolsável. O valor do crédito depende da renda do contribuinte e do número de crianças qualificadas. Mas de maneira geral ele tem um valor máximo de \$ 7.830 para 2024. E, novamente, mesmo que o contribuinte tenha imposto \$ 0 a pagar ao IRS, pode ser elegível para um cheque de \$ 7.830, já que o EITC é totalmente reembolsável.
- **Lifetime Learning Credit (Crédito de Oportunidade de Aprendizagem):** é um crédito que pode ser aplicado a quem pagou por educação pós-secundária em 2024. O crédito não é reembolsável e permite que o contribuinte reivindique 20% de até \$10mil em despesas qualificadas para um crédito máximo de \$2,000. Exemplo, se a pessoa gastou \$6mil em educação em 2024, pode reivindicar \$1,200. Se gastou \$12mil pode reivindicar 20% dos primeiros \$10mil, ou seja, \$2,000. O crédito começa a diminuir gradualmente quando a renda atinge \$80mil como single ou married filing separately ou \$160mil como married filing jointly.
- **American Opportunity Tax Credit:** outro crédito relacionado a educação, para quem pagou pelo ensino superior em 2024 e estava dentro dos primeiros quatro anos de estudo. O crédito é 40% reembolsável e vale até \$2,500. Tem os mesmos limites de renda do Lifetime Learning Credit e não pode reivindicar os dois créditos por educação mencionados anteriormente no mesmo ano fiscal.

- **Crédito de Imposto de Renda para Energia Residencial:** podendo receber crédito de até \$3,200 por melhorias qualificadas de eficiência energética residencial, e pode reivindicar o crédito para melhorias feitas até 2032.
- **Crédito de Imposto para carros elétricos:** crédito de até \$7,500 para veículos elétrico novo e qualificado. Ele não é reembolsável.

Os Estados Unidos é um dos países de maior economia do mundo, que interessa a investidores brasileiros por uma série de motivos, entre eles o mercado financeiro sólido, a moeda forte e as aplicações rentáveis. E por isso é uma excelente opção para você que pensa em investir num negócio de estabilidade e quer se precaver em relação à desvalorização do Real e à volatilidade do mercado financeiro brasileiro. Nesse e-book foram destacados os principais tipos de empresas e como funciona a tributação e declaração de imposto de renda nos EUA. E os principais pontos que precisam ser lembrados é a importância em entender como é determinada a residência fiscal no país, os tipos de impostos federais, estaduais e locais, estratégias para minimizar impostos corporativos e a necessidade de considerar acordos de dupla tributação.

É possível abrir uma empresa sozinho, sem ajuda de um contador ou advogado. Porém, esse suporte especializado é fundamental para garantir que tudo vai ser feito corretamente. Mas com esse e-book encorajo você a buscar informação e orientações específicas para estar preparado para enfrentar quaisquer obstáculos no mundo corporativo norte americano.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.